

O SEXO E O GÊNERO: ALGUMAS REFLEXÕES

Carlos Antônio Pereira Gonçalves Filho¹

RESUMO

Este artigo aborda algumas questões de âmbito teórico relacionadas à categoria gênero. Procuramos aqui estabelecer as diferenças entre sexo e gênero enfatizando a importância deste último para os estudos históricos. O texto ainda apresenta um breve histórico do surgimento da categoria gênero e suas variantes conceituais.

Palavras-chave: Sexo, Gênero, História.

ABSTRACT

This article broaches some theoretical questions about the gender category. This text broaches difference between sex and gender as emphasis in the importance the gender category for the historical studies. Moreover explain a gender category historical and of the concept variations.

Key Words: Sex, Gender, History.

Os pais e as mães são, geralmente falando, curiosos (as) no que diz respeito ao sexo dos seus bebês. Saber se a criança ainda em gestação ou já recém-nascida é um menino ou uma menina tem alguma importância tanto para os seus progenitores quanto para os seus avôs e amigos da família. Entretanto, a curiosidade manifesta pela pergunta “é menino ou menina?” esconde algo que vai muito além das convenções sociais ou das expectativas dos cônjugues; ela traz consigo todo um conjunto de signos que compõem uma ideia acerca do *ser-homem* e do *ser-mulher*. Pode até parecer natural ou mesmo banal perguntar o “sexo” de uma criança, afinal isto está bem claro na mente das pessoas: “é óbvia a diferença entre um menino e uma menina” – argumentariam muitos (as) daqueles (as) que fossem interpelados (as). O problema, contudo, está na própria estrutura da pergunta. Ela apresenta três pressupostos que lhe servem de base e que, de forma alguma, podem ser tratados ao nível da banalidade.

O primeiro deles diz respeito à maneira taxativa como é colocada a questão. Procurar saber se uma criança é do sexo masculino ou feminino já incorpora em si uma determinada noção de sexo associada à existência deste ou daquele aparelho reprodutor. É uma consideração de âmbito biológico, anatômico. A primeira diferença entre dois seres humanos é a de ordem física – mais especificamente a que se relaciona ao sexo. É um fato que pode ser antecipado pelo ultrassom, constatado pelo médico no momento do parto e congratulado pelos pais assim que põem os olhos no corpo da criança.

O segundo pressuposto é deduzido do primeiro: se o sexo é um fato, então, ser um homem ou uma mulher também o é. Um está imbricado no outro, portanto, não há separação entre o masculino e o homem ou entre o feminino e a mulher. Constatar o sexo é constatar se a criança que nasce pertence ao mundo dos homens ou das mulheres.

O terceiro pressuposto resulta dos dois anteriores: indagar se a criança é “menino” ou “menina”, transmite a ideia de que só existem estas duas alternativas: ou se é homem ou se é mulher. O argumento aqui está assentado numa heterossexualidade compulsória que não admite outras possibilidades, já que se arroga natural e, por conseguinte, invariável.

Perguntar o sexo dos bebês é uma atitude corriqueira justamente por estar assentada no “senso comum” das pessoas. Entretanto é preciso ir além das coisas normalmente estabelecidas como sendo deste “senso comum” para investigar os processos pelos quais uma palavra, uma expressão ou um axioma se transforma em um dado “natural”, “óbvio”, “banal”. Podemos dizer que uma das tarefas da História consiste em dismantelar as coisas para, assim, compreendê-las melhor. Dito de outro modo é preciso “rachar” as palavras, ou seja, “desnaturalizá-las e ir a busca dos fios que as engendram, que as significam”². As palavras, assim como as pessoas, são filhas do seu tempo e, portanto, estão imbuídas dos significados atribuídos por uma sociedade de uma determinada época. Diante disso, devemos abandonar aquela suposta fixidez de expressões ou termos consagrados por uma tradição, pondo em relevo a historicidade do que se diz e do que se faz. Pensar, por exemplo, que o masculino e o feminino não traduzem necessariamente uma essência de ser homem ou mulher, mas que, ao contrário, dizem respeito às construções de gênero que se fazem e se fizeram ao longo do tempo. Tais construtos se revelam portadores de significados múltiplos que surgem de diferentes lugares e convergem para uma ideia, um modelo para uma dada sociedade em um dado momento.

Em certa medida, podemos dizer que a despeito do “senso comum”, há indícios de que no dia-a-dia o gênero aparece, por vezes, se sobrepondo ao sexo. Expressões como “seja homem!” ou “você já é uma mulher feita!” aludem a situações e comportamentos em que o sexo não parece ser um elemento suficiente para definir plenamente os sujeitos sociais. Tais expressões parecem reforçar uma determinada ideia sobre a identidade da

criança, do jovem, ou mesmo do adulto. O fato de ter que se dizer a alguém que este precisa ser *isso* ou *aquilo* implica em considerar o grau de participação que a sociedade e a cultura têm na formação de uma pessoa.

Formar aqui não é simplesmente “dar ou ter a forma de”, ainda que isto não esteja de todo ausente, mas abrangem igualmente os verbos constituir, criar, fazer. Frequentemente, formar e educar são tratados como sinônimos; referem-se, no fundo, a todo um processo de construção de identidade que, a seu turno, só se estabelece numa relação: aqui o Eu aprende com o Outro; aprende quem é, onde está, o que deve e o que não deve fazer. Claro que não é tão simples assim. Muitos fatores interferem nesse movimento, a começar pela própria idiossincrasia de cada um. A formação dos atores sociais não está isenta de conflitos, de rejeições, de estranhamentos ou subversões. Não é algo uniforme, porém uniformizável.

Consideramos aqui o masculino e o feminino ou o homem e a mulher como resultantes não de um dado ou um fato natural simplesmente, mas sim como produtos de um processo de formação ou construção de gênero. Em outras palavras, ao adotarmos esta perspectiva temos em vista que, “a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino definem-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados”³. Mas o que isto quer dizer, na prática?

Do ponto de vista gramatical, o gênero tem como função identificar substantivos masculinos e femininos. Contudo, seu uso atual vai muito além da colocação de um “o” ou um “a” em uma palavra ou oração. A partir da segunda metade do século passado foi incorporado um novo significado ao gênero transformando-o num instrumento para se compreender as relações sociais. Seu emprego dentro de uma nova significação se deu, pela primeira vez em 1955, mas foi com o psicanalista Robert Jesse Stoller, em 1968, que foi posta de maneira mais contundente a sua nova função⁴. Ou seja, o gênero passou a ser utilizado também para “clarificar a distinção entre o biológico e o cultural, no que se refere às diferenças e às desigualdades entre os homens e as mulheres, mostrando que diferenças biológicas se haviam convertido em desigualdades sociais”⁵. A palavra “gênero” foi sendo cada vez mais incorporada no vocabulário, não só de antropólogos, sociólogos e psicólogos, mas também entre as feministas, que passaram a utilizá-la em substituição a termos como “sexo” ou “diferença sexual”⁶.

Com a publicação do seu artigo *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, a pesquisadora norte-americana Joan W. Scott problematizou o significado e o uso da categoria gênero aludindo às possibilidades de seu emprego por parte dos historiadores. Scott definiu o gênero a partir de duas premissas. Na primeira delas considerou-o como “um

elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e na segunda, afirmou ser o gênero “uma forma primeira de significar as relações de poder”⁷.

O gênero, na perspectiva de Scott, é um, dentre outros fatores, que constituem as relações sociais; é, por assim dizer, um elemento que dá a ver uma maneira pelo qual as pessoas significam a si próprias e ao mundo em sua volta. Esta significação, por sua vez, não se baseia em nenhum aspecto econômico, étnico ou religioso (o que não quer dizer que estes não interfiram de algum modo), mas sim nas diferenças que são percebidas entre os sexos. Esta percepção gera um saber sobre o sexo, um saber-poder que:

[...] não se refere apenas a ideia, mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela [...]⁸.

Este saber, segundo Scott, estabelece significados para as diferenças sexuais que “variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida”⁹. Diante disso, para os (as) historiadores (as) a questão que se coloca é precisamente esta: quais são e em que contextos são formulados os significados de um “verdadeiro homem” e de uma “verdadeira mulher” em uma dada sociedade e em um dado momento? Em outras palavras, podemos dizer que a pesquisa histórica do gênero busca entender os modos e os motivos que engendraram uma determinada concepção de ser-homem ou mulher; uma concepção que não se restringe à identidade deste ou daquele gênero, mas que também serve de parâmetro nas relações internas entre as mulheres ou entre os próprios homens.

Entretanto, Scott não foi a única a teorizar sobre o assunto. Outros pesquisadores como Thomas Laqueur e Judith Butler também exploraram a categoria, porém sobre outro ponto de vista. Para Laqueur, o gênero não pode ser apartado do sexo, ainda mais seguindo uma ordem que coloca este último precedendo o primeiro. A rigor, não haveria o sexo em si, mas o próprio gênero. Este último seria, por assim dizer, o elemento primário, “real”, enquanto o sexo seria o seu epifenômeno. Laqueur, neste sentido, inverte a “ordem das coisas” colocando o “sexo” como uma “invenção de gênero”. Para provar sua tese, ele empreende uma *história do corpo* demonstrando que foi somente a partir do século XVIII que os médicos e os anatomistas passaram a pensar e a perceberem o corpo humano em termos de sexo *masculino* e *feminino*. Antes disso, o que se tinha era o modelo de sexo

único (masculino) tomado também como parâmetro para o corpo feminino. Desta forma, as *diferenças sexuais* só passaram a existir quando instituídas pelo gênero, ou seja:

[...] quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder¹⁰.

A referência ao caráter *situacional* do sexo também é compartilhada por Judith Butler. Para ela, “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”¹¹. A perspectiva de Butler ainda é mais problemática que a de Laqueur, na medida em que ela considera o sexo, ou melhor, o “corpo-gênero” como *performático*, em suma, puramente discursivo quebrando com qualquer *status* ontológico que se pretenda para tal¹². Para Joana Maria Pedro, as ideias de Laqueur e Butler a respeito do gênero, buscam questionar o sexo enquanto um significante sobre o qual se constrói o significado; o sexo, neste sentido, passa a ser questionado em sua suposta materialidade “neutra” colocando-o, desta forma, como um discurso¹³.

Entretanto, não devemos crer que as posições acima representem um modelo definitivo como se os estudos de gênero seguissem uma escala evolutiva numa linha ascendente e sempre reta. O debate está aberto e sugere que esta categoria ainda terá muitas leituras por meio de caminhos tortuosos ou imprevisíveis. Questiona-se a ênfase dada na desessencialização que o gênero tende a promover, como se fosse um processo de “apagar” ou dissolver o sujeito político “mulheres”, por exemplo. Talvez por causa disso muita gente procure associar o “gênero” para as “mulheres”, substituindo um termo pelo outro como se fossem sinônimos. Estaria aí uma das críticas ao seu uso. Falar em termos de “gênero” não teria, semanticamente falando, a mesma “força simbólica” que uma “História das Mulheres”. Politicamente, o segundo seria mais enfático que o primeiro; definiria bem o seu objeto assumindo uma posição indubitável e carregando consigo o peso histórico dos feminismos¹⁴.

Aqui não pretendemos alterar com nenhuma destas posturas. Ainda que existam visões diferentes sobre o modo de conceber a categoria gênero, há, também, reconhecimentos quanto à pertinência do mesmo, no que tange ao estudo das relações humanas. Falar de gênero é falar de alteridade. E num mundo cada vez mais marcado pelo

multiculturalismo, assim como também por uma intolerância velada ou aberta, este é um assunto mais do que atual e necessário, ainda mais se levarmos em conta a luta pelo respeito às diferenças. Não por acaso, o gênero tem estado presente nos debates parlamentares no Congresso Nacional Brasileiro ou nas manifestações públicas promovidas por ONGs ou entidades de defesa dos Direitos Humanos. Longe de ser um substituto gramatical conveniente, o gênero tem se tornado um instrumento de embate político. Nesse sentido, não é de se estranhar o crescimento do Movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) nas ruas e na mídia¹⁵. Mas não só no campo dos direitos civis e sociais o gênero tem estado presente; também no que concerne à organização familiar percebe-se um esfacelamento, ou talvez melhor dizendo, a emergência de novas maneiras de se conceituar a família para além do clássico *pai, mãe e filho (a)*. Destacamos, nesse caso, os lares em que a figura do pai ou da mãe *hetero*, cede lugar aos casais homossexuais ou aqueles em que simplesmente não há nem o pai nem a mãe, ou somente um ou o outro, e aqueles que são formados por parentes próximos, distantes ou agregados. Situações assim têm promovido ferrenhas discussões a respeito dos rumos da família moderna, do impacto na formação das crianças e no comportamento da sociedade como um todo. São, por assim dizer, “problemas de gênero” que colocam em xeque os sujeitos e suas identidades, os referentes e as instituições; são questões que vão além do corpo físico, mas que também dizem respeito a este, não por uma associação direta com a biologia, mas pelo quanto de cultural, de social e de poder está em jogo.

Estando condicionados (as) ao seu tempo, os (as) historiadores não se furtam a tais debates. A escrita da história é uma escrita do presente que se faz a partir de um olhar sobre o passado. O tempo tem a propriedade de ampliar nossa visão sobre a sociedade, porque permite entrever nas nossas práticas, falas e neuras de hoje, o eco de quem nos precedeu. O passado nos diz das escolhas feitas, dos modelos adotados e dos heróis inventados; trata das vozes abafadas, dos discursos proferidos e das memórias construídas nas praças e nos livros. Ao fazer isso desmistifica-se o mito, a tradição e a falsa verdade que embasam os preconceitos, as violências e as exclusões.

Quando constatamos, por exemplo, a enorme presença feminina num curso de Pedagogia, contrariamente à sua pequena parcela numa Engenharia, podemos estar diante de algo que vai além de uma estatística casual. Mesmo que o retorno salarial tenha o seu peso neste desequilíbrio, também não podemos olvidar a sobrevivência de atributos a muito arraigados nos conceitos de homem e de mulher. A Pedagogia, tendo na educação o seu foco, evocaria, para muita gente, a figura da “tia” que, por sua vez, se aproximaria da imagem da “mãe”. É uma relação essencialmente *afetiva* entre a criança-filho(a)-aluno(a) com sua professora-tia-mãe¹⁶. Educar crianças, portanto, seria coisa de mulher, pois se

trataria de uma relação carregada de *instintos maternos*. É claro que os homens também ensinam, afinal de contas, as universidades e as escolas não estão cheias de professores? Sim, mas ensinam em que *nível*? Em uma escola, não é difícil constatar a preponderância de docentes homens no Ensino Médio. Quanto mais distante da “criança”, maior é a presença do homem no processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, maior o salário, haja vista que as professoras da educação infantil tendem a ganhar menos que os professores do ensino médio. Esta diferença nos salários ainda é pautada por outro argumento: quando a criança cresce, quando vai se tornando adolescente, vai deixando o “mundo concreto”, sensível, e passa a pensar de forma mais “abstrata”, “racional” conforme nos ensina Jean Piaget.

O domínio desse mundo racional, lógico e metafísico, por outro lado, seria próprio do homem, compondo uma dicotomia entre *razão* e *emoção* que é antiga na história dos gêneros. Ela se traduziu em inúmeros códigos, textos e iconografias ao longo dos séculos. No Brasil, encontramos-na na primeira lei que regulamentou o ensino primário do império, em 1827. No Art. 6, ela previa que os meninos deveriam aprender a “ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, [e] as noções mais gerais de geometria prática”¹⁷. O estudo mais aprofundado da matemática que englobasse a geometria e os números decimais, além do que também estivessem incluídas as regras de porcentagem, constituía um saber próprio de quem poderia ser empregado no comércio ou em outra ocupação que demandasse tais conhecimentos, mas também, no dizer de Ilmar Mattos, este saber dotava o indivíduo de condições necessárias para apreender as “estruturas lógicas elementares presentes no mundo, e que fundamentavam o primado da Razão”¹⁸. Desta abstração, deste mergulho nas “estruturas lógicas elementares”, as meninas estavam excluídas, como previa o Art. 12, pois à elas o estudo da matemática era limitado ao aprendizado das quatro operações acrescido das “prendas próprias do seu sexo”, o que incluía o bordado e a costura. A existência deste currículo diferenciado na época pode ser justificada pelas representações que a sociedade tinha com relação ao *ser-homem* e o *ser-mulher*. Essas representações, portadoras de símbolos que atuavam como referentes, se materializavam em atitudes e normas que procuravam *naturalizar* comportamentos e atributos que eram eles próprios, construídos por práticas sociais e discursos veiculados por diversos meios, incluindo a imprensa, a exemplo do periódico *O Carapuceiro*¹⁹. Publicado no Recife entre 1832 e 1847 e tendo como único redator o padre Lopes Gama, *O Carapuceiro* constitui um jornal onde abundam referências sobre os papéis de homens e de mulheres. Em um de seus artigos, Lopes Gama argumentava que a natureza havia concedido ao homem:

a força física e grande capacidade intelectual, consequentemente destinou-o para o mando. À mulher, largueou a beleza, as graças, a ternura, as virtudes pacíficas porque a destinou para o importante ministério da maternidade. Tem, pois, a mulher o império do coração e a isto, geralmente falando, se deve limitar, o que em verdade não é pequeno domínio²⁰

Mas se a História nos mostra os ecos de ontem, ela também nos coloca a par da efemeridade das coisas. Mesmo herdando algo do passado, também mudamos com relação a ele. No século XIX, perguntar o sexo dos bebês tinha uma importância muito maior que nos dias atuais. Nascer “menino” ou “menina” não significava a mesma coisa; não queria dizer que ambos fossem haurir das mesmas vantagens, dos mesmos direitos, das mesmas carreiras. As fronteiras entre o “belo sexo” e o “sexo forte”, como se dizia, eram nítidas. No século XXI, essas expressões não existem mais, assim como suas fronteiras não se apresentam tão claramente delimitadas como no passado. Ainda que certas desigualdades persistam, há uma equidade maior entre homens e mulheres, se compararmos com outras épocas. Outro aspecto a se destacar é que hoje não se trata apenas de ser “menino” ou “menina”; existem outras possibilidades, outros caminhos, outras *performances* de gênero – para usar um termo caro a Judith Butler. Com isto não queremos dizer que no passado não houvesse alternativas ao binômio *homem-mulher*; ocorre que, nos dias atuais há uma *visibilidade* que antes não era ou não o podia ser facilmente observável e, sobretudo, discutida, debatida e reivindicada no âmbito da sociedade.

Penso que entre estas rupturas e permanências é que reside o trabalho dos (as) historiadores (as); trabalho este que se deve traduzir por uma inquietude constante com relação ao nosso *passado-presente*. Questionar-se, por exemplo, sobre como e por que determinadas concepções de ser homem ou mulher se tornaram hegemônicas? Quais os embates, as discordâncias e as divergências que os modelos dominantes tiveram que enfrentar? De que modo a educação contribui para a construção dos papéis de gênero numa dada sociedade e em um dado momento histórico? E a política? Como ela interfere neste processo? Quais os significados atribuídos ao corpo? Perguntas como estas se fazem cada vez mais necessárias não por se referirem apenas ao foro íntimo de cada um, mas por envolverem toda a sociedade numa interpenetração entre o público e o privado.

Discussões sobre as famílias, violências contra a mulher e contra homossexuais, uniões de casais do mesmo sexo, desigualdade salarial entre homens e mulheres nos forçam a (re)pensar nossas relações, conceitos e preconceitos. E para agir assim, nada como começar aprendendo que aquilo que parece tão óbvio aos nossos olhos e ouvidos;

talvez não o seja de fato, e o que parece tão sólido como a rocha pode, um dia, vir a se desmanchar no ar, como disse, certa vez, Marx²¹.

É neste sentido que vejo a História assumindo o seu papel educativo-político: ao estabelecer um diálogo entre o passado e o presente. Ela nos permite entrever os caminhos que foram seguidos, mas também nos deixa livres para decidirmos os nossos. Cabe a nós, portanto, esta decisão. Cabe a nós a reescrita permanente da história.

Notas

¹ Licenciado e mestrando em História pela UFPE sob a orientação da prof^a. Dra. Suzana Cavani Rosas. Professor Substituto do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE.

² MONTENEGRO, Antônio Torres: Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 47, junho 2006.

³ MATOS, Maria Izilda Santos de: Gênero e História: percursos e possibilidades. In SCHPUN, Mônica Raísa (org): *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997, p. 80.

⁴ GOMÁRIZ, Enrique: Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. *Isis Internacional*. Santiago: Ediciones de las Mujeres, nº 17, p. 84, 1992. Para Gomáriz, em 1955 o pesquisador John Money teria dado o primeiro passo para a guinada conceitual do gênero ao criar a expressão "gender role" para descrever o conjunto de condutas atribuídas aos homens e às mulheres.

⁵ Significativo desse momento é o título do livro de Stoller, *Sex and Gender*. Ver LUNA, Lola G: Apuntes sobre el discurso feminista en América Latina. *Historia, Antropología y Fuentes Orales*. Barcelona: Universitat de Barcelona; Editorial Universidad de Granada. v. 2, nº 38, p. 148, 2007.

⁶ É bom destacar que o surgimento do gênero como categoria de análise social não está dissociado de um processo histórico mais amplo de luta pela igualdade de direitos sociais com relação a homens e mulheres, com especial destaque para a atuação dos movimentos feministas e de mulheres na Europa, EUA e no Brasil. Sobre o assunto, além do já citado artigo de Enrique Gomáriz, indicamos os trabalhos de GUIMARÃES, Maria de Fátima: Percurso no pensamento e na prática dos feminismos. Introdução à abordagem de gênero. *Gênero & História*. Cadernos de História. Recife, ano I, nº 1, p.7-22, 2002; GONÇALVES, Andrea Lisly: *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006; MATOS, Maria Izilda Santos de: *Por uma História da mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. Sobre a renovação da historiografia com a introdução dos estudos de mulheres e do gênero ver SCOTT, Joan: História das Mulheres. In BURKE, Peter (org): *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-95. Seguindo a mesma discussão com foco nas pesquisas brasileiras temos SOINHET, Rachel: História das Mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

⁷ SCOTT, Joan W.: *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 3ª ed. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1996. p. 14.

⁸ SCOTT, Joan W.: Prefácio a Gender and politics of history. *Cadernos Pagu*. São Paulo, nº 3, p. 12 e 13, 1994.

⁹ Idem. p. 13.

¹⁰ LAQUEUR, Thomas: *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 23.

¹¹ BUTLER, Judith: *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25.

¹² Idem. p. 194.

¹³ PEDRO, Joana Maria: Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In *História*, São Paulo, v. 24, nº 1, 2005. p. 92. Esta discussão também pode ser encontrada em uma

importante coletânea que reúne artigos de diversos (as) especialistas sobre o assunto: TUBERT, Silvia (org): *Del sexo al género: los equívocos de un concepto*. Madrid: Cátedra, 2003.

¹⁴ Sobre este debate ver SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria: A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 294 - 297, 2007.

¹⁵ Sobre o assunto ver GROSSI, Miriam Pillar [et al]: *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

¹⁶ Paulo Freire demonstrou, ainda, como essa imagem da “tia” pode ser prejudicial para as professoras, pois a associação destas trabalhadoras da educação com uma figura familiar tenderia a retirar ou diminuir o seu papel político e, por conseguinte, reivindicatório. Ver FREIRE, Paulo: *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 18ª ed. São Paulo: Olho d'Água, 2007.

¹⁷ BRASIL, *Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/> acesso em: 20 jul 2007.

¹⁸ MATTOS, Ilmar Roholoff de: *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 276.

¹⁹ Sobre este processo de normatização dos papéis de gênero a partir de representações, ver o já citado trabalho de SCOTT, Joan: *Gênero: uma categoria...* p. 15.

²⁰ *O Carapuço*, Recife, 22 mar 1839. O padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852) além de se dedicar à imprensa periódica, também foi professor e diretor das mais importantes instituições de ensino da província de Pernambuco, na época, sem falar na sua carreira política atuando como deputado na corte. Publicou vários jornais, dos quais *O Carapuço* é o que lhe rendeu maior notoriedade. Em 1983, parte da coleção deste jornal abrangendo o período compreendido entre 1832 e 1842 foi reeditada em edição fac-similar de três volumes pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

²¹ “Tudo que era sólido e estável se dissolve no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são enfim obrigados a encarar, sem ilusões, a sua posição social e as suas relações recíprocas”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich: *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 8.